ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JULIO SANTOS, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, RODRIGO AMARAL, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciada a vereadora ROBERTA CAIRES. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) n. 2/25 da vereadora Eliete Paraguassu; Projetos de Lei n.s 186 e 187/25 da Mesa Executiva, 188 e 189/25 da vereadora Aladilce Souza, 190/25 do vereador Duda Sanches, 191/25 do vereador André Fraga, 192/25 do vereador Randerson Leal, 193/25 do vereador Ricardo Almeida, 194 a 197/25 do vereador Cezar Leite, 198 e 199/25 do vereador Randerson Leal e 200/25 do vereador Felipe Santana; Projetos de

Indicação n.s 232 a 234/25 do vereador Duda Sanches, 235/25 da vereadora Aladilce Souza, 236/25 do vereador Kel Torres, 237/25 do vereador Rodrigo Amaral, 238/25 do vereador Orlando Palhinha e 239/25 do vereador Duda Sanches; Projetos de Resolução n.s 53/25 da vereadora Eliete Paraguassu, 54/25 do vereador Duda Sanches, 55/25 do vereador Teo Senna e 56 e 57/25 do vereador Carlos Muniz; Requerimento n. 217/25 da vereadora Aladilce Souza; Requerimento de Utilidade Pública n. 16/25 do vereador Kel Torres; Moção n. 96/25 do vereador Randerson Leal; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foi discutido, votado e aprovado o Requerimento n. 205/25. Na **Tribuna Popular**, o senhor Mosar Santos, do Instituto Kemet, discorreu sobre a questão da segurança alimentar, da qual tratava a sua entidade. Explicou que a segurança se definia por uma alimentação regular em quantidade e qualidade, e que havia graus de insegurança alimentar. Informou que quase 40% da população de Salvador estava em insegurança alimentar. Expôs sobre o sistema nacional de segurança alimentar e apontou a ausência de lei, em Salvador, para que o Município fizesse a sua parte. Destacou a urgência da questão alimentar e a sua precedência sobre demais questões. Mencionou promessa do deputado estadual Júnior Magalhães sobre lei de segurança alimentar, cujo Projeto já existia, e pediu o apoio dos vereadores para que esse Projeto fosse apresentado. Explicou que os dez restaurantes populares existentes não atendiam à demanda de alimentação na Cidade e sublinhou que a pretendida lei não onerava os cofres. O senhor presidente registrou a presença do vereador Thiago Veloso, da Câmara Municipal de Mata de São João, o qual convidou à Mesa. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores André Fraga (20 a 25 de maio), Felipe Santana (20 a 24 de maio), George Reis (13 de maio), Hélio Ferreira (19 de maio), Kiki Bispo (29 de abril), Marta Rodrigues (14 de maio), Roberta Caires (26 de maio) e Sandro Filho (20 de maio). Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida propôs Moção de aplauso ao Coronel da Polícia Militar (PM) Marcelo Grun, chefe da Assistência Militar da CMS, e aos policiais militares sob

o seu comando, pela atuação no dia 22 de maio, quando a CMS fora alvo da agressão de manifestantes. Estendeu o seu pedido aos servidores que, na mesma ocasião, atuaram sob as ameaçadoras circunstâncias. O senhor presidente contou sobre como se dera o tratamento àquela situação, lembrando que mantivera a calma e enaltecendo a calma do coronel Marcelo Grun, que sofrera agressão e não reagira. Acolheu o pedido de Moção, estimando que ele seria apoiado por todos os edis. Agradeceu ao coronel e a todos os policias atuantes na CMS, destacando que eles evitaram uma tragédia. Criticou a atitude de sindicalistas que obstruíram o acesso à CMS, inclusive o da imprensa. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza associou-se ao pleito do vereador Ricardo Almeida e declarou que a Oposição aplaudia a atuação dos policiais em 22 de maio, a qual classificou como exemplar. Dando continuidade à Tribuna Popular, o senhor Ernesto Marques, da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), expôs sobre questão contratual que atingia financeiramente a entidade. Afirmou que a ABI cumpria suas obrigações regularmente, cuidando do seu acervo, e que suas ações eram limitadas por uma escassez de recursos, a qual levara a demissão de bons profissionais. Informou que o secretário municipal de Governo, Cacá Leão, tivera inciativa por um entendimento visando à solução dessa questão. Apresentou números sobre agressões sofridas por jornalistas, destacando a “pandemia de intolerância” por trás disso e ressaltando o importante papel da imprensa. Mencionou casos de agressões a jornalistas e defendeu a democracia. O senhor presidente afirmou ser um direito do orador cobrar a solução apalavrada pelo secretário; desejou que os problemas da ABI fossem resolvidos em breve; e declarou que falaria disso com o prefeito quando com ele estivesse. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Kiki Bispo lembrou a invasão da Casa e parabenizou o coronel Marcelo Grun. Criticou líder sindical pelas agressões, as quais repudiou, defendendo apuração e criminalização dos responsáveis. Disse que, como ex-secretário, conhecia a capacidade da Prefeitura para atender às questões alimentares e pediu que o Governo do Estado, que tinha

menos restaurantes populares e cobrava pelos alimentos, também fosse demandado sobre isso. O senhor presidente conclamou todos a aplaudirem os policiais e servidores da CMS pelo 22 de maio, o que foi atendido. Assumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. A vereadora Marta Rodrigues enalteceu a ABI e se colocou ao lado do senhor presidente Carlos Muniz pela solução dos problemas apresentados. Comentou sobre o racismo presente na insegurança alimentar, a qual afirmou se mostrar de diversas maneiras. Criticou a Prefeitura por não se associar ao plano nacional que lhe traria repasses financeiros sobre essa demanda. A vereadora Aladilce Souza saudou o senhor Ernesto Marques e destacou os impactos dos problemas contratuais na capacidade de ação dessa entidade. Criticou a Prefeitura por ter lançado sobre a CMS uma responsabilidade quanto aos servidores da Educação, fator que levara às ocorrências do 22 de maio. Também criticou a Prefeitura por não buscar as transferências federais para enfrentar a insegurança alimentar. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. O vereador Sílvio Humberto elogiou o senhor Ernesto Marques e subscreveu a fala da vereadora Aladilce Souza sobre 22 de maio. Parabenizou o senhor Mosar Santos e afirmou que a omissão da Prefeitura em buscar recursos federais para a demanda alimentar era uma decisão política, baseada na falta de empatia. O vereador Hamilton Assis lamentou a desigualdade e a pobreza em Salvador, e a falta de inciativas estruturais a esse respeito. Disse que os restaurantes populares eram importantes, mas não alcançavam a dimensão dos problemas, que diziam respeito a emprego e outras questões. Associou-se à Moção de aplauso e disse que a Prefeitura criara os problemas de 22 de maio. O vereador Cláudio Tinoco destacou o alcance da TV e Rádio Câmara, as quais levavam os trabalhos da CMS a muitas pessoas. Lembrou situações tensas já vividas em seus 12 anos como vereador, incluindo-se a ocupação do Plenário Cosme de Farias, e destacou órgãos da Casa, como a Ouvidoria, que abriam suas portas à população. Pediu que o senhor Mosar Santos trouxesse informações sobre o *Bahia sem Fome*. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo observou haver edil que

habitualmente ultrapassava seu tempo de fala e, neste momento, criticava quem fazia isso. Reassumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. Havendo se exaurido o Pequeno Expediente, não houve Pinga-Fogo. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, o vereador Ricardo Almeida saudou a democracia e a coragem dos que enfrentaram a situação na CMS em 22 de maio. Defendeu a apuração dos fatos e a responsabilização dos seus autores, rejeitando que se prevaricasse quanto a isso. Leu mensagem escrita aos pares naquele momento. Pela mesma representação, a vereadora Marcelle Moraes, situando-se como mulher e mãe, relatou que, em 22 de maio, estava no sanitário feminino quando fora ameaçada por um agressor do lado de fora. Destacou o temor pela vida que sentira e enalteceu o trabalho dos policiais, que evitara o temido desfecho dessa situação. Contou ter ouvido a frase "podem invadir", dita ao celular por um manifestante no auditório. Criticou vereador que, naquele dia, usara máscara somente na presença da imprensa. Pela Liderança da Oposição, o vereador Sílvio Humberto discorreu sobre a democracia e considerou que os ânimos se exaltaram em 22 de maio, o que lamentou. Criticou a conduta da Prefeitura anteriormente aos fatos, por não dialogar com os servidores da Educação e impor um Projeto divergente do pleito dessa categoria. Apontou obscuridade sobre as Emendas então apresentadas. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo afirmou que as Emendas eram regimentais e lembrou que outras Emendas foram apresentadas pela vereadora Aladilce Souza, a qual não integrava comissão. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto, lembrando ser membro da Comissão de Educação e ter participado da apresentação das Emendas, esclareceu que sua crítica se dirigia ao método usado para isso. O senhor presidente observou que as Emendas foram lidas e que tudo era tratado com transparência nos canais da CMS. Pela mesma representação, a vereadora Marta Rodrigues rebateu comentário que reputou desrespeitar a si e à amizade que tinha com um representante da Tribuna Popular. Lembrou que, em 22 de maio, apresentara Emendas, as quais foram rejeitadas. Relatou ter sido procurada por sindicalistas em busca de diálogo com o Executivo,

o que não acontecera de modo satisfatório. Defendeu o debate democrático e afirmou que a Prefeitura desprezara o diálogo com os servidores, o que julgou ser também violento. Pela ordem, o vereador Cezar leite questionou a prática de se dividirem os tempos de fala, a qual não era regimentalmente prevista. A vereadora Eliete Paraguassu reclamou de atitude do vereador Cláudio Tinoco, no dia 22, o qual afirmara que o lugar dela não seria ali. Apontou ofensa preconceituosa nessa atitude, e destacou o seu lugar de mulher preta, marisqueira e quilombola. O vereador Hamilton Assis disse que, na Sessão do dia 22, estava ausente em função do seu Mestrado, mas acabou acorrendo à CMS ao saber do que acontecia. Mencionou o seu histórico em mediação de conflitos, baseada no diálogo e não, na polícia. Considerou que o modo como as categorias profissionais foram dispostas no espaço da Casa favoreceu as tensões ocorridas. O senhor presidente, vereador Cláudio Tinoco, respondeu à fala da vereadora Eliete Paraguassu dizendo que ela lhe fizesse uma representação ou ele o faria com relação a ela, pela acusação feita a seu respeito. Refutou ter agido de modo racista e defendeu um tratamento objetivo sobre esse tipo de ocorrência, nas instâncias da Casa. Afirmou que todos os vereadores eram iguais e que certas acusações criavam a falsa imagem de racismo na CMS. O vereador Daniel Alves contou ter refletido sobre a Casa e os vereadores desde o dia 22. Corroborou a fala do presidente da ABI, Ernesto Marques, sobre a “pandemia da violência” e sobre haver limite em qualquer forma de relação. Comparou agressões verbais que já recebera, em nível tolerável, à conduta dos invasores da CMS, que atacaram fisicamente os edis, o que considerou criminoso. Apontou conivência do deputado estadual Hilton Coelho e do ex-candidato a prefeito Kleber Rosa com os agressores e reportou ameaça de dirigente do Sindicato dos Professores (APLB). Relatou, ainda, o terror sentido por outros edis e por servidores. Esclareceu fala sua ao vereador Hamilton Assis, explicando que sua intenção ao pedir para ficarem na sala era evitar mais violência. Repudiou os discursos de ódio em voga. O vereador Felipe Santana afirmou o seu compromisso com a educação e considerou inaceitável a violência

vida de qualquer parte. Refutou falas que acentuavam o primeiro mandato como fator desfavorável e pontuou o valor do Regimento Interno (RI), ponderando que a cultura criada na Casa, com flexibilização de suas regras, valia para todos. Explicou a sua ausência no dia 22, por estar em viagem de trabalho a Brasília. Destacou as dificuldades de mães e pais de autistas em razão da greve dos professores. Esperou a punição dos responsáveis pelas violências cometidas na Casa. O senhor presidente elogiou o discurso. Pela ordem, a vereadora citou artigo do RI que vedava comentários do presidente da Sessão sobre o teor das falas dos oradores. O senhor presidente disse que as gravações mostrariam que ele não interferia no fluxo das idéias expostas. O vereador Ricardo Almeida disse estar certo de que as agressões ocorridas na Casa não provinham de professores. Contou ter professores em sua família e disse que eles não aprovariam violência alguma. Lembrou uma mãe de criança especial que agredira uma professora e pontuou que a sua razão original não lhe dava razão em agir com violência. Lembrou outras situações de agressão na CMS e apontou a presença e a influência do PSOL nessas ocorrências. Esclareceu que não se estava reagindo contra o direito à manifestação, cuja legitimidade afirmou, e sim, contra a violência praticada sob esse propósito. Afirmou ter havido pessoas armadas nesse recente episódio. O vereador Cezar Leite corroborou a fala do vereador Ricardo Almeida quanto a os professores não serem os responsáveis pela violência. Afirmou que terroristas usavam os professores e suas pautas para promover essa violência, a qual comparou à do 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Propôs comissão para investigar os fatos de dia 22. Defendeu que se apurassem as condutas de deputado estadual e de sindicalistas que agiram com violência, bem como a conduta de guardas municipais que lhes teriam dado proteção. Cobrou do prefeito essa apuração, pontuando o valor da Guarda Municipal e avaliando ser sadia essa ação. Criticou a APLB, apontando inconsistência em seus pleitos. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. A vereadora Aladilce Souza disse já ter visto muitos protestos e tensões na CMS, mas nunca algo como em 22 de maio. Solidarizou-

se com os vereadores Maurício Trindade e Sidninho pelas agressões sofridas, mas ponderou não ter visto uma mordida. Também se solidarizou às mulheres, vereadoras e servidoras, e disse não ter visto arma com o dirigente Bruno Carianha. Asseverou que a Oposição não corroborara as ações violentas e também se sentira acuada pelos manifestantes. Observou que, naquela tarde, alguns presentes ao auditório chegaram bem cedo e nem tinham relação com o tema da Educação, havendo quem dissesse ter sido chamado para um protesto. Defendeu o pleito dos educadores, cuja remuneração comparou à de categorias mais abonadas. Sublinhou que a Oposição fora contrária à aprovação dessa matéria sem as Emendas que propusera. Pediu que a vereadora Debora Santana se desculpasse por haver acusado um assessor de ter pegado o seu celular. Pediu que se explicitasse o conteúdo das Emendas aprovadas. Pela ordem, o vereador Daniel Alves criticou que a vereadora Aladilce Souza tivesse posto em dúvida a mordida recebida pelo vereador Sidninho e disse que esse mesmo vereador apontara o autor da mordida. Relatou não ter visto oposicionistas pedindo diálogo naqueles momentos. Pontuou que, sem a devida segurança, a qual faltara naquele dia, ele não se dispunha a discutir qualquer matéria. O vereador Maurício Trindade disse que a Casa fora estuprada por marginais armados. Enalteceu a atuação dos policiais militares, destacando o 18º Batalhão da PM e observando que um coronel fora agredido e não reagira a isso. Apontou guardas municipais envolvidos nas agressões e pediu apuração do chefe da Guarda Municipal. Também comparou a ocorrência ao 8 de janeiro de 2023 em Brasília, afirmando que a ação fora planejada e que os responsáveis eram falsos sindicalistas. Comentou sobre as agressões sofridas por ele e pelos vereadores Marcelle Moraes e Sidninho. Criticou o vereador Hamilton Assis, afirmando que ele fora ao encontro dos agressores em vez de ver os colegas agredidos. O vereador Kiki Bispo rebateu a alegação de não ter havido mesa de negociação da Prefeitura com os servidores. Narrou ações envolvendo a bancada do Governo, os servidores e a bancada da Oposição, destacando o diálogo com a APLB e a dinâmica das Emendas

apresentadas e rejeitadas. Apontou que o Governo do Estado dera aumento aos professores pouco menor do que o oferecido pela Prefeitura. O senhor presidente elogiou os esclarecimentos prestados pelo vereador Kiki Bispo. Pediu que ele os repetisse na próxima Sessão e ofereceu-lhe o seu tempo partidário para tanto. O vereador Cláudio Tinoco historiou sua trajetória desde os tempos de faculdade e estágio, passando pela sua experiência na vida pública, e disse nunca ter visto algo como o ocorrido em 22 de maio, uma ação que classificou como ato de terror. Disse que, naquele momento, não havia pleitos, mas, uma agressão que era atestada por imagens. Afirmou que esse terror ainda estava em curso e era promovido por um "gabinete do ódio" que atuava sobre servidores. Destacou a grandeza e a diversidade da Casa em sua democrática representação da sociedade e afirmou que os vereadores não recuariam ante a intimidação de terroristas. Ressaltou que o Projeto de Lei sobre os professores fora recebido e tratado, na Casa, com toda a normalidade, inclusive tendo recebido Votos em separado da Oposição, e apontou que essa normalidade fora rompida assim que se iniciara a Sessão Extraordinária, numa movimentação que lhe pareceu orquestrada. Anunciou que solicitaria a lista dos presentes ao auditório naquela tarde para se apontarem os responsáveis pelos atos de agressão, algo que já começara a fazer em exaustivas análises de vídeos. Também anunciou representação, no Conselho de Ética, contra o vereador Hamilton Assis, por ele haver lhe imputado falsas acusações, inclusive relativas a uma suposta "sociedade secreta" na Casa. Por fim, anunciou que haveria representação criminal ao Ministério Público (MP) e à Polícia sobre os fatos ocorridos. Rebateu fala do sindicalista Bruno Carianha sobre ser maior do que o vereador que ele detivera. Leu o Artigo do Código Penal sobre abolição do estado democrático de direito, com pena de 4 a 8 anos. O senhor presidente indagou as lideranças sobre a Moção de aplauso aos policias do 18º Batalhão da PM. Tendo havido a concordância de todos, determinou que aquele órgão policial fosse oficiado sobre essa homenagem. Pela ordem, a vereadora Débora Santana pediu as Notas Taquigráficas e as imagens da TV Câmara para

embasar a representação que moveria contra a vereadora Aladilce Souza e seu assessor, em razão das acusações por ela feitas contra si, as quais afirmou serem caluniosas. Nada mais havendo, o senhor presidente Ricardo Almeida declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO